

A PROPOSIÇÃO EM PORTUGUÊS: CONCORDÂNCIA, TEMPO
E NEGAÇÃO¹.

ANA MARIA CORTEZ-GOMES
Universidade de Paris XIII

Uma oposição, já bastante conhecida dentro da literatura linguística, é estabelecida entre as línguas que admitem a elipse do sujeito e as que não admitem. Apontaremos somente dois itens importantes do parâmetro do sujeito nulo, exposto por Chomsky (1981), os quais consistem em (i) ausência do sujeito e em (ii) livre inversão do sujeito numa oração simples. As línguas que não admitem sujeito nulo não admitem (ii). Nós podemos logo demonstrar que na língua Portuguesa (ii) é impossível numa oração simples:

- (1) (a) *Vendeu o João o carro
(b) *Vendeu o carro o João

Quando se pode observar a ordem Verbo + Sujeito, essa operação é obrigatória no Português Europeu (PE) e facultativa no Português do Brasil (PB)²:

- (2) (a) O que vendeu o João? (PE e PB)
(b) O que (o) João vendeu? (PB) (*PE)

(2b), com Sujeito + Verbo, é agramatical no PE e é o mais usual no PB. Se levarmos em conta (1) e (2), não nos será difícil concluir que a língua portuguesa foge um pouco do item

(11), apesar de que seja uma língua de sujeito nulo. Comparando o PB/PE em inúmeras operações sintáticas, pode-se observar que no PB, quando uma operação é gramatical, ou que se pode atestá-la em algum registro, essas operações são consideradas agramaticais no PE como já foi observado em (2). Tendo em vista essas semelhanças entre o PB/PE e as divergências entre o PE/PB, uma das tarefas interessante, seria a de explicar o porque dessa relação unilateral entre o PB/PE. Limitaremos-nos no decurso de nossa descrição aos fenômenos de concordância e de posicionamento da negação no PB; em primeiro lugar, focalizaremos a concordância e tentaremos de situar ACORDO em relação ao TEMPO; em segundo lugar, tentaremos de pôr em relação NEGAÇÃO e TEMPO. ACORDO será aqui utilizado como um termo mais formal.

O parâmetro do sujeito nulo supõe que as línguas que admitem esse fenômeno, possuam um sistema flexional marcado. A terminação verbal corresponde exatamente ao sujeito. No PB, nós podemos observar a existência de dois sistemas flexionais: o PB padrão ou normativo, que possui um sistema marcado como o Espanhol, Italiano e o Português Europeu e o PB não-normativo³ que faz parte do sistema não-marcado como em Francês e em Inglês. O PB, com esses casos de concordância e de não-concordância, não deixa de ser uma língua de sujeito nulo. Para dar uma explicação a esse fenômeno, sugiro que tomemos como ponto de partida o PB não normativo, isso quer dizer que partimos de um

sistema flexional não marcado para um sistema flexional marcado, isto é, da não-concordância para a concordância.

I - ACORDO e TEMPO

Vários linguistas levantaram problemas sobre o estatuto pronominal da flexão verbal sobretudo em Italiano e em Espanhol. Os Princípios (A) e (B) da Teoria da Vinculação exposta na Conferência de Pisa (Chomsky, 1979) supõe em (A), que uma "Anáfora seja vinculada na sua categoria governante" e em (B), que um "Pronominal seja livre na sua categoria governante". Porém, nas línguas citadas, a flexão verbal encontra-se no mesmo domínio do sujeito, existindo assim uma vinculação, entre esses dois elementos, no mesmo domínio oracional. Consequentemente, algo deveria ser modificado para ser mantido o caráter pronominal livre da flexão⁴. O PB não vai contrariar a Teoria da Vinculação por causa da (não)concordância, pelo contrário, essa língua reforçará o caráter pronominal livre da flexão se admitirmos as seguintes hipóteses:

(A) Duas posições sujeito

(B) ACORDO cindido de TEMPO

(3) é a representação gerada por (A) et (B):

(3) [T-[s_MGonçalo_i/j][T·T[ac-pro_j[ac·AC[svcomprou_j]]]]]]

(3) é uma estrutura gerada na Base através de uma regra de abaixamento de afixo (Chomsky, 1957). Essa regra de deslocamento, que demonstraremos em (4a-c) será ampliada para abranger também os casos de concordância com o SN sujeito:

- (4) (a) $[T-[SN\text{Gonçalo}]_{i,j}[T-\pm T[AC-\pm Pes./\pm Num. [AC-AC[svV]]]]]$
 (b) $[T-[SN\text{Gonçalo}]_{i,j}[T-\pm T[AC-\text{pro}_j[AC-AC[svV-flex_j]]]]]$
 (c) $[T-[SN\text{Gonçalo}]_{i,j}[T-\pm T[AC-\text{pro}_j[AC-AC[svV-flex_j]]]]]$

Em (4a), os traços $\pm Pes/\pm Num.$ são transladados para o SV como em (4b), deixando uma categoria vazia; a descida desse afixo é independente da posição canônica do SN sujeito. O traço anafórico existente entre "pro" e a flexão é não com o SN sujeito, que considero autônomo. O sujeito pro(nominal) em (4c) é portanto um "pro" submetido a regras de controle⁵. Assim, em (3) (= (4 c)), Gonçalo é o antecedente de pro, podendo ter ou não os mesmos índices da flexão. Esses dois sujeitos fazem parte de constituintes oracionais distintos. O sujeito autônomo faz parte do domínio de TEMPO e o sujeito controlado faz parte do domínio de ACORDO. Em (5a-b), por exemplo, Tu é o antecedente de pro, mas não houve concordância em (b), entre Tu_i e pro_j-flex_j:

- (5) (a) Tu_i pro_j foste_j ao cinema
 (b) Tu_i pro_j foi_j ao cinema

Podemos já supor que a regra de concordância entre o

sujeito autônomo e pro-V-flex seja um processo independente daquele observado em (4a-c) entre pro e flex. Sendo um processo independente é de se esperar que (5) seja submetido a variações em PB. A concordância faz parte das regras de Controle e isso não é obrigatório como é demonstrado pelo exemplo (5b).

O fato de termos pro-Controle, como uma categoria pronominal livre (diferente de PRO), visto que pro é regido por Acordo, não vai invalidar nossa estrutura oracional quando dizemos que pro deve ser controlado igual a um PRO em (6):

(6) Gonçalo quer PRO sair

pro deve ser considerado como mais próximo de um expletivo, portanto a referência de pro-flex deve provir do SN sujeito, que se encontra no domínio do TEMPO. Quando nos referimos a "pro", automaticamente nos referimos à flexão verbal, então "pro", sozinho, não é submetido à Teoria da Vinculação mas ele pode ter Caso nominativo atribuído pela flexão.⁶

C.C.Galves (1990), apresenta uma análise diferente desta defendida aqui. Para essa autora, a natureza anafórica de Acordo explica porque Sujeito e Acordo podem ser gerados na mesma projeção máxima; porém na nossa análise, o sujeito está sempre em disjunção com Acordo; o índice "j" do SN faz parte das regras de Controle. Sendo o SN sujeito basicamente disjuntivo da flexão

verbal, tanto um como o outro são livres no seu próprio domínio.

Não precisamos, tampouco, nos questionar sobre os laços anafóricos entre o sujeito e a flexão verbal como o fazia A.Rouveret (1979) e M.L.Zubizarreta (1980-82), se considerarmos que o PB é uma língua com sujeito nulo desde as regras de Base e que a flexão se encontra no domínio praxional regido por Acordo, sendo assim livre nesse domínio. Seria então importante de verificar se essa análise poderia também abranger outras línguas românicas (inclusive o Português Europeu (PE)), mas não podemos agora continuar esse tão importante assunto. O que podemos dizer de antemão, é que o parâmetro do sujeito nulo em PB e PE não forma um conjunto homogêneo. As regras que admitem a elipse do sujeito são independentes das regras de inversão e de extração do sujeito. Essas três operações são realizadas em níveis distintos de derivação e são submetidas a variações no Português. Em Chomsky (1979-81), o sujeito ausente é o resultado de uma regra de inversão livre. Estando o sujeito em posição post-verbal, a extração do sujeito de uma distância longa seria permitida, pois, nessa posição, o vestígio desse sujeito seria devidamente regido pelo verbo. Em PB, a inversão do sujeito não é livre. A extração do sujeito, se se proceder de uma posição pre-verbal, essa posição não será obrigatoriamente recuperada pela flexão verbal.⁷ Nós vamos partir da hipótese que a posição canônica do SN sujeito em PB, é regida pelo Tempo em (3).

II - Tempo, Negação e Sujeito Nulo

Frisamos acima que (T)empo e AC)ordo são constituintes cindidos. No entanto AC é sempre regido por T e é esse elemento T que assume o papel funcional de FUNCTOR. Várias hipóteses já foram levantadas nesse sentido para o Português, onde o Tempo é considerado como um operador semântico como em Meireles e Raposo (1983) para explicar fenômenos de correferência nas orações onde os verbos se encontram no Indicativo/Subjuntivo. Os fenômenos de disjunção/correferência não são nessas análises relacionados com a flexão verbal mas com uma noção mais abstrata de Tempo. O mesmo ocorre com S. Moreira da Silva (1983), analisando os exemplos que se seguem:

- (7) (a) O homem que eu não sei quem conhece
(b) O homem que eu não sei quem conheceu

Para S. Moreira da Silva, em (7a), quando o verbo se encontra no presente do indicativo O homem é interpretado como objeto de conhece e em (7b), com o verbo no pretérito perfeito, O homem pode ser interpretado tanto como sujeito quanto como objeto. Para isso devemos supor que Tempo se encontra numa posição superior a Acordo.

A. Rouveret (1989), propõe que o Tempo seja um operador sintático, capaz de c-comandar toda uma oração, tanto no Português Europeu como no Galês.

Várias hipóteses já foram sugeridas para o Francês, Inglês, Basco, Romeno, nas quais o Tempo e Acordo são apresentados em termos de separação, associação, complemento e dominação. (Veja, entre outras, as análises apresentadas por J.Gueron, Y. Laka, J.Y.Pollock, A.Rouveret e C.Sorin). Contudo, nós podemos ainda observar construções do PB onde sugiro que Acordo possa dominar Tempo. Trata-se das construções negativas. Examinemos os exemplos (8) e (9):

- (8) (a) Gonçalo não dá aula
 (b) Gonçalo não dá aula não
 (c) Gonçalo dá aula não
- (9) (a) *Gonçalo dá não aula
 (b) *Gonçalo tinha não dado aula

O Português, ao contrário de outras línguas românicas, permite que a negação apareça no final da frase, como é o caso de (8b). A negação não pode aparecer como em (9), numa posição post-verbal. Em alguns dialetos do PB, a negação pode ocorrer como em (8c) somente no final da frase. Sugiro que a negação no final da frase seja também o resultado de uma regra de abaixamento do afixo temporal para o final da frase, como em (10):

(10) [_{AC}-pro[_{AC}·AC SV][_T·não+T]]

Trata-se em (10), de Tempo morfológico; a negação é, aí,

uma forma de concretização dos traços temporais. O Tempo nas construções como em (8a), em que a negação se encontra numa posição superior ao Acordo, é o Tempo Functor. As cadeias que se podem formar entre T e AC são opcionais. Podemos esquematizar (8a-c) respectivamente em (11a-c):

(11)(a) [T,AC]

(b) [T,AC,T]

(c) [Ac,T]

Na análise aqui proposta, T e Negação podem c-comandar uma oração, não existindo, assim, uma relação de superioridade entre eles⁸. Entretanto, quando o AC domina T(+Neg.), estes podem ser c-comandados por AC como em (8c). Nesse caso estamos tratando de orações dependentes de outros contextos oracionais. Por exemplo, AC,T em (8b) é dependente do T Functor (ou complemento de T), que contém o sujeito autónomo. AC,T em (8c) é dependente de um contexto que não está explícito na frase. O que faz a originalidade de (8b-c) é que quando descrevemos Tempo e Negação no final da frase, nós estamos também colocando essas operações em relação ao parâmetro do sujeito nulo que podemos enunciar em C:

(C) Quando AC c-comanda T e que AC é ou não, ele mesmo, c-comandado por T, nós estamos definindo uma oração de sujeito nulo.

(C) pode ser representado em (10), com a negação, ou numa oração afirmativa como em (12):

(12) [_{AC}-pro[_{AC}·AC SV][_T·+T]]

Nós podemos examinar ainda (13) e (14):

(13) Eles não

(14) Vieram não

(13) pode ser representado por (13' e 13''):

(13') [_T·[SN[_T·T[_{AC}· e] [não +T]]]]

(13'') [_T·[SN[_T·não+T]]]

Em (13') e representa as marcas vazias de AC-SV. (13'') é o resultado de uma contração entre T Functor e T morfológico representado também em (13'), conseqüentemente não em (13) pode ser interpretado como um não post-oracional ou como um Functor.

(14) não apresenta dificuldades já que não se encontra no final da oração e isso é representado em (10). Para concluir, sugiro que (12) representa uma oração de sujeito nulo como (15):

(12) [_{AC}-pro[_{AC}·AC SV][_T·+T]]

(15) pro comprou

As orações negativas como em (16), com sujeito nulo, podem ser representadas como em (17):

(16) (Não) pro comprou (não)

(17) ([T·não+T])[AC·pro[AC·AC SV][T·(não)+T]]

Em (17), o conjunto Neg.+T Functor é facultativo, enquanto que T morfológico está sempre presente, somente a negação é af facultativa.

III - O Escopo da Negação

Como já sabemos que o segundo não indica uma cisão de oração, nós não podemos formar uma cadeia onde apareça T associado a um outro T. A cadeia *((AC),T,T] é impossível. Podemos ilustrar isso com os exemplos que se seguem:

(18)*As crianças não querem não estudar

(19)*As crianças não querem não que vocês estudem

(20)*As crianças não disseram não que vinham

A repetição do não em (18-20) impede a percolação do T Functor + Neg. da oração principal para a oração encaixada. O não da oração principal tem escopo sobre toda a frase e conserva as propriedades de um elemento autônomo. Nos exemplos (21-23), nada impede a percolação de T, portanto a repetição do não em final de frase é opcional:

- (21) As crianças não; querem estudar (não);
- (22) As crianças não; querem que vocês estudem (não);
- (23) As crianças não; disseram que vinham (não);

Se compararmos as construções negativas (21-23) e as construções interrogativas (24-26) podemos observar que essas construções estão em distribuição complementar. Uma correlação pode ser feita entre o escopo da negação e o escopo dos sintagmas interrogativos. Observemos então (24-26):

- (24)(a) Por que Maira não comprou o livro ?
 (b) Quem você não examinou ?
- (25)(a) *Por que Maira não comprou o livro não ?
 (b) *Quem você não examinou não ?
- (26)(a) *Por que Maira comprou o livro não ?
 (b) *Quem você examinou não ?

Em presença de um sintagma interrogativo, Neg.+T não funciona mais como um Functor. (24) é então possível. O que está em jogo neste caso é a relação do sintagma interrogativo e o seu vestígio, enquanto que em (25-26) não pode aparecer ao mesmo tempo dois Functores. Assim os únicos casos possíveis são, ou (21-23), ou (24). Nesse caso o Tempo mais proeminente está em SC (=CP) como está indicado em (27a-b):

(27)(a) [sc[c·Por que_i+T[_T-SN[_T·neg +T[_{ac}- AC[SV]t_i+T]]]]]

(b)*[sc[c·Por que_i+T[_T-SN[_T·neg +T[_{ac}-AC[SV][t_i[neg +T]]]]]]]

Em (27a), temos somente uma frase negativa c-comandada por T em SC; em (27b), temos duas frases negativas: uma é c-comandada por T que está em SC, e a outra é c-comandada por AC. É claro que isso não é um bom resultado.

(27b) representa, portanto, os casos onde o SQu- não pode ser coindexado com o seu vestígio. Uma correlação entre o escopo da negação e o escopo de SQu- é um caminho bastante intuitivo para continuarmos nossa pesquisa mas não podemos continuar esse vasto assunto no momento. No entanto podemos ainda levantar alguns pontos importantes sobre a colocação de outros elementos da negação.

IV - Não e outros elementos da negação

Não distingue-se dos outros elementos negativos como nada, ninguém, nenhum e outros. Podemos, é claro, supor que essas negações possam ocupar uma posição post-verbal ou argumental na língua portuguesa e em outras línguas românicas⁹. Na nossa análise esses sintagmas negativos podem encontrar-se no domínio do Acordo (AC¹⁰). Examinemos somente os casos onde eles se encontram dentro de AC¹⁰:

(28)(a) Gonçalo não viu ninguém (não)
Gonçalo (não) viu ninguém não

(b) Gonçalo não viu nada (não)

(c) Vi ninguém (não)

(d) Vi nada (não)

(29)(a)*Gonçalo não viu não ninguém

(b)*Gonçalo não viu não nada

(c)*Vi não ninguém

(d)*Vi não nada

Como já frisamos acima (29) é impossível porque não pode existir troca de posicionamento entre não e os outros elementos da negação, mas em (28), não pode ser um elemento facultativo pelo fato do SN negativo, dentro de AC". assumir esse conteúdo negativo, contudo esses SNs negativos não são Functores. Podemos representar isso em (30):

(30) (Não){_{ac}-pro[_{ac}-AC[_{sv}VIU [_{sn} NINGUÉM] [(NEG)+T]]]}
+neg.

O SN objeto já sendo negativo, não é facultativo, (30) pode ser representado por (10) ou por (12), isto é, como uma oração negativa ou afirmativa. Então compreendemos porque (31) que enunciamos abaixo, comporta-se como (24):

(24)(a) Por que Maira não comprou o livro ?

(b) Quem você não examinou ?

(31) Por que você não viu ninguém?

V - Conclusão

Hilton do Nascimento sugeriu-me que T poderia ser representado no interior do SV. Isso seria na minha análise, uma posição imediatamente dominado por Acordo, que poderíamos representar em (32), onde T é complemento de AC e SV é complemento de T:

(32) [AC-pro[AC·AC[T-[T·T[SV (SN) não]]]]]

O posicionamento de T em (32) seria o resultado da descida Temporal. Se continuarmos nessa direção, poderíamos a partir da estrutura (10), (repetida aqui abaixo), modificá-la para obtermos (33):

(10) [AC-pro[AC·AC SV][T·não+T]]

(33) [AC-pro[AC·AC[_{SV}V[T-[T·T[_{SV} Ve (SN)[não]]]]]]]

(33) é então uma estrutura obtida por adjunção. Estamos assim, diante de operações de descida de T" em (32) e de subida do V em (33).

O que procuramos demonstrar nesse estudo é que a estrutura da proposição em PB apresenta (a) duas posições sujeito; estas posições não são o resultado de uma regra de mover α , mas de uma regra de descida de afixo; (b) o SN sujeito é autônomo e encontra-se num contexto não marcado em relação a flexão verbal; (c) o sujeito nulo é um pro-controlado e encontra-se numa relação de disjunção com o sujeito autônomo; (d) Tempo e

Acordo podem ser tratados separadamente, sem por isso deixarmos de associá-los para a relação de c-comando; (e) Não constitui um elemento autónomo, podendo ter um escopo oracional da mesma maneira que um sintagma interrogativo pode ter; (f) Acordo c-comanda Tempo quando temos uma oração com sujeito nulo.

Notas:

1. Trata-se aqui de uma versão modificada da minha Comunicação apresentada no IX Congresso Internacional da ALFAL Universidade Estadual de Campinas São Paulo 6 a 10 de agosto de 1990

Para isso, agradeço (e agradecerei ainda) as sugestões e os comentários de inúmeros linguistas, especialmente os de Alain Rouveret, Carmen Sorin, Célia Jakubovickz, Charlotte Galves, Francisca Xavier, Graça Vicente, Henriqueta Campos, Jean Feuillet, Jean Yves Pollock, Milton do Nascimento, Pilar Fradejas, e Vandersy Sant'Ana de Castro.

2. Para maiores detalhes sobre extração do sujeito em Português, consultar A.Rouveret, 1980, M.L.Zubizarreta, 1982, A.M. Brito, 1983, M. do Nascimento, 1984, H.Ambar, 1989.

3. Podemos nos referir aos seguintes estudos dialectológicos empreendidos no Brasil:

Nelson Rossi, 1963. Atlas prévio dos falares baianos. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro.

Ada Natal Rodrigues, 1974. O Dialeto Caipira na Região de Piraci-

caba. Ensaio 5 Editora Ática São Paulo

A. Carlos Quícoli, 1978. Some characteristics of the Caipira Dialect. First Symposium on Portuguese Tradition. Crossroads, p.53. University of California. Esse autor salienta a diferença que existe entre a primeira pessoa do singular e as outras pessoas como nessa conjugação:

eu	lavo
ocê, o senhor	} lava
ele, ela	
nóis	
ocês, os senhor	
eles elas	

Vandersy Sant'Ana de Castro, 1980. Os Tempos Verbais da Narrativa Oral. Dissertação de Mestrado. Instituto de Estudo da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas.

Eunice Maria das Dores Nicolau, 1984. A Ausência de Concordância Verbal em Português: uma abordagem sociolinguística. Dissertação de Mestrado em Linguística. Faculdade de Letras da Universidade de Minas Gerais. Belo Horizonte.

Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa Palmeira Bezerra de Menezes, 1985. Atlas Linguístico da Paraíba. UFPB e CNPQ. Essas autoras salientam também os mesmos fenômenos apontados por Quícoli e outros que talvez sejam próprios do nordeste como nessa conjugação:

eu fiz ou fii,	tu fez ou fei,	você fez ou fei,
ele fez ou fei,	nós fez ou fizemo,	
vocês fez ou fizero,	eles fez ou fizero.	

Todos esses autores atestam a presença da primeira pessoa do singular e as outras pessoas, se bem que em certas conjugações haja coincidência entre a primeira pessoa do singular e as outras pessoas como passamos a indicar:

Eu	disse, trouxe, andava
Tu	
ele	} disse, trouxe, andava
nós	
vocês	
eles	

Em Espanhol, Italiano e no PE pode também haver uma só forma para a primeira e a terceira pessoa do singular no imperfeito do indicativo e nos tempos do subjuntivo. O que é importante aqui em nosso estudo é a não concordância em número no PB. Assim numa frase como em (a)

a) eles conhece, né, pro conhece.

pro conhece será interpretado como terceira pessoa do plural.

4. A.Rouveret, 1979/80, considera o SN sujeito como se ele não induzisse a uma referência disjuntiva perante a flexão, mas que esse sujeito funciona como um elemento topicalizado diante das marcas pessoais do verbo.

5. Na tradição gramatical do Português, a ausência do sujeito pode ser tratado como um caso de Zeugma. O sujeito oculto por Zeugma corresponde às estruturas de Controle e assemelha-se ao processo de apagamento de um SV, o qual é também submetido a controle como nessa oração:

a) Maria saiu tarde e eu [s] cedo
SV

6. "pro" sendo uma categoria vazia o Princípio que rege essas categorias deve ser suficiente, pois "pro" é governado. Podemos, portanto, dispensar a Teoria da Vinculação. No entanto, a flexão verbal é submetida a essa Teoria.

7. Em um outro estudo, estou sugerindo que a extração é feita se ela não puser em jogo as regras de pro-controle

8. Para A. Rouveret 89, a negação NAO é gerada basicamente numa posição superior à categoria I (Inflexion). Isto para explicar os fenômenos de cliticização no PE. Ora, esses fenômenos não são similares no PB: a regra de controle e de concordância que são analisadas aqui, não são separadas no PE.

9. O elemento negativo NAO é considerado como diferente de outros termos negativos como nada, ninguém, etc., tanto em Português, Espanhol e Italiano. Veja J.C. Milner, 1979, que sugere que em Francês, a negação NE seja um quantificador (o que espero que seja também o caso de NAO em Português). Entretanto NE não pode ser utilizado sozinho, ficando assim diferente de NAO.

10. As construções (28a-d) estão sujeitas a variações no PB, porém (29a-d) são agramaticais em todos os falares.

BIBLIOGRAFIA:

- Ambar, H. 1988. Para uma sintaxe de inversão sujeito-verbo em Português. Tese Doutorado. Faculdade de Letras. Lisboa.
- Ardisson Matos, G. 1989. SV nul en Portugais et en Anglais. Faculdade de Letras Lisboa. Comunicação Universidade de Paris VIII
- Brito, A.M. 1983. Conditions on Verbs Raising in Portuguese. Centro de Linguística Aplicada da Universidade do Porto.
- Chomsky, N. 1957. Syntactic Structures. Mouton. La Haye.
1981. Lectures on Government and Binding. Foris Publications
- Cortez-Gomes, A.M. 1989. Accord et Négation. Comunicação Seminário de Sintaxe Avançada- Université de Paris VIII. Institut Charles V.
- Galves, C. 1989. L'objet nul et la structure de la proposition en Portugais du Brésil. Revue des Langues Romanes. Montpellier
1990. V-Movement, Levels Representation and the Structure of S. Glow Newsletter
- Hoekstra, T. 1987. Tense Connection . GLOW Newsletter
- Kayne, R. 1989. Notes on English Agreement. Graduate Center, Cuny. (não publicado).
- Laka, I. 1989. Constraints on Sentence Negation: The Case of Basque. MIT, Cambridge
- Milner, J.C. 1979. Le système de la négation en français et l'opacité du sujet. Langue Française 44, Paris
1982. Ordres et Raisons de langue. Paris. Le Seuil
- Moreira da Silva, S. 1983. Etudes sur la symétrie et l'assymétrie sujet/objet dans le Portugais du Brésil. Tese Doutorado. Université de Paris VIII
- Nascimento, H. do 1984. Sur la Post-Position du Sujet dans le Portugais du Brésil. Tese Doutorado. Université de Paris VIII

- Pica, P. 1985. Sujet, temps et contenu propositionnel. Paris.
Modèles Linguistiques 7.
- Pollock, J.Y. 1987. Sur la syntaxe comparée de la négation de
phrase en français et en anglais" Université de Paris XII.
- Rouveret, A. 1980. Sur la notion de proposition finie.
Langage 60 - Paris.
1989. Cliticisation et Temps en Portugais Européen
Revue des Langues Romanes. Montpellier.
- Sorin, C. 1989. Auxiliaires et la Structure de la Proposition
en Roumain. CNRS. Paris
- Sportiche, D. 1988. A Theory of Floating Quantifiers. Linguistic
Inquiry. 19-3.
- Zubizarreta, M.L. 1982. Theoretical Implications of Subject
Extraction in Portuguese. The Linguistic Review. Vol.2. N.1
1982/83. Pgs.79-96.